

# Oposição ataca ministros na abertura do Congresso

Givaldo Barbosa

Marcondes Sampaio

O Congresso reiniciou suas atividades ontem com sessões plenárias marcadas — principalmente na Câmara — por grande ênfase da oposição na crítica à política salarial do Governo e na defesa dos interesses dos aposentados, bem como à condenação à política econômica adotada pelo governo Collor. Os dois ministros mais criticados pelos opositoristas foram os da Agricultura, Antônio Cabrera, e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, definida, ironicamente, pelo deputado petista José Genoíno, como a “dama de ferro do grande capital” e acusada, pela deputada petista Raquel Cândido, de representante do Fundo Monetário Internacional no País e de pôr em prática uma política econômica monitorada por essa instituição.

Na Câmara — presentes na Casa 52 deputados e em plenário pouco mais de 20 — a sessão foi aberta com um discurso do presidente da Comissão do Trabalho, Amaury Müller (PDT-RS), que, baseado em observações feitas durante viagem ao Rio Grande do Sul, declarou-se “profundamente apreensivo” com a crise social. E indagou: “O que pretende o sr. Collor de Mello? Assassinar a democracia? Destronar as conquistas sociais duramente conseguidas pelo povo brasileiro durante a Assembléia Constituinte? O que pretende afinal esse homem, na sua arrogância, na sua insolência? Está pretendendo instalar um novo regime autoritário ditatorial, fardado ou não, ou quer, afinal, percorrer os caminhos pródigos da liberdade e da democracia?”

Amaury concluiu seu pronunciamento com uma exortação ao Congresso — repetida por vários outros oradores — no sentido de que rejeite o veto presidencial ao projeto da nova política salarial. O deputado petista João Paulo sustentou que o governo está inviabilizando as atividades econômicas, “impondo uma recessão brutal como nunca passamos e investindo contra os assalariados e contra os beneficiários da Previdência Social”. Para reforçar suas críticas, observou o representante do PT que “os militares já começam a se manifestar contra o empobrecimento imposto a servidores civis e militares, e estão a exigir do presidente da República reajustes recuperando as perdas sofridas”.

Nessa questão dos salários, as críticas do PT se voltaram não só contra o Governo, mas também contra o comportamento do líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. José Genoíno estranhou que, em declarações ao “Jornal da Tarde”, segunda-feira, o senador “tucano” tenha sustentado que “o governo deve ser duro para manter a diminuição da inflação, inclusive não permitindo a indexação dos salários” — posição que, para Genoíno, faz o líder do PSDB “mais realista do que o rei”.

Apesar da posição que lhe foi atribuída pelo representante do PT, Fernando Henrique Cardoso afirmou, no plenário do Senado, que seu partido não aceitará o veto presidencial ao projeto da política salarial. O líder do PSDB reclamou urgência para a votação do plano de custeio da Previdência e para o Código de Defesa do Consumidor. Em aparte a Fernando Henrique Cardoso, Nelson Carneiro explicou que o plano de custeio da Previdência só não foi ainda apreciado por ter chegado ao Senado praticamente quando se iniciava o recesso parlamentar. O senador fluminense mostrou-se convencido de que a matéria terá a prioridade necessária e, no seu aparte, incluiu uma crítica à exclusão dos aposentados e pensionistas do abono provisório concedido pelo governo federal.



Poucos parlamentares afastaram-se de suas bases para participar da reabertura do Congresso